



25 Set. • Lisboa, Rossio • 14h30

**Jornada nacional de protesto
contra os cortes nas pensões!**

Contra o embuste da convergência das pensões!

**A todos os aposentados e trabalhadores
da administração pública**

Os aposentados da Função Pública (atuais e futuros) estão a ser um dos alvos preferenciais dos ataques violentos deste governo e da "troika" aos direitos dos trabalhadores e pensionistas. A juntar ao aumento enorme do IRS e à Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES), que só atinge os aposentados da CGA e os reformados da Segurança Social, o governo pretende agora fazer **um novo corte, com carácter definitivo e retroativo, quer nas pensões que já estão a ser pagas aos aposentados, quer nas dos futuros aposentados, o que passa, nomeadamente, por:**

- **Cortar retroativamente em 10% todas as pensões de reforma e de invalidez já atribuídas até 2005 e de valor superior a €600,00, violando o direito de propriedade dos respetivos titulares, bem como o direito de confiança;**
- **Recalcular todas as pensões de aposentação e invalidez atribuídas a partir de 2005 e de valor superior a €600,00, com vista ao seu corte em 11%;**
- **Proceder de igual modo para as pensões de sobrevivência acima de €419,22.**

Estes cortes são de 10% nas pensões dos trabalhadores que se aposentaram até 2005 e de 11% no "P1" (pensão correspondente ao tempo de serviço feito até 2005) dos que se aposentaram depois de 2005, incluindo nas dos trabalhadores que venham a aposentar-se no futuro (ficam de fora desta alteração as subvenções vitalícias dos políticos e outras pensões que não resultam diretamente da carreira contributiva – as chamadas "pensões douradas" como a de Jardim Gonçalves de 130 000 euros).

O Governo deixa de fora do seu discurso o facto de muitos trabalhadores com 30 e 40 anos de contribuições terem pedido a aposentação antecipada e terem sofrido já cortes entre os 4,5% e os 50%.

Também os atuais aposentados têm sofrido cortes atrás de cortes nos últimos anos e o roubo nos seus subsídios de férias e de Natal.

A concretizar-se a proposta do Governo, as pensões sofrem entre janeiro de 2012 e janeiro de 2014 um corte de mais de 17%. Este é, por isso, mais um ajuste de contas com os direitos conquistados em Abril.

O EMBUSTE DA CONVERGÊNCIA

O governo, para enganar a opinião pública e para dividir os trabalhadores do setor privado e do setor público, usa a mentira, despidoradamente, para justificar a convergência com o setor privado:

1. Esconde que em muitas áreas do setor privado são pagas pensões mais elevadas (banca, seguros, telecomunicações, transportes aéreos, etc);
2. Esconde que a fórmula de cálculo da pensão correspondente ao tempo de serviço até 2005 utilizada na Função Pública, que agora o governo quer alterar, já dá origem a uma pensão que é praticamente igual à que se obtém com a formula utilizada na Segurança Social.

O GOVERNO QUER DESTRUIR A CGA

É falso que a a CGA esteja numa situação insustentável, pois os trabalhadores da Administração Pública sempre descontaram para a CGA e ADSE sobre o valor real dos seus salários e, desde 2005, descontam mais do que os trabalhadores do privado (atualmente, 11% para a CGA e 2,25% para a ADSE).

Durante muitos anos, os governos PSD, CDS e PS descapitalizaram a CGA, não transferindo para este regime as verbas a que estavam obrigados. Transferiram para a CGA, isso sim, fundos de pensões de várias entidades, cujos ativos são agora insuficientes para pagar as pensões aos seus trabalhadores, a que se juntou a transformação da CGA num sistema fechado, pois a partir de 2005, mais ninguém pôde nela inscrever-se.

A política de insegurança e de instabilidade na Administração Pública empurrou, prematuramente, milhares de trabalhadores para a aposentação, determinando a redução dos descontos para a CGA e o aumento das despesas com pensões.

Este é, reafirmamos, um governo que não olha a meios, que mente descaradamente, que tem por objetivo o desmantelamento das funções sociais do Estado e a destruição da Administração Pública e que só parará, como se vê, aliás, pelos ataques que tem desferido contra a Constituição da República Portuguesa, quando for demitido.

ALTERAÇÃO DO FATOR DE SUSTENTABILIDADE

Este governo pretende ainda alterar o fator de sustentabilidade, com o objetivo de duplicar o corte nas pensões dos futuros aposentados (dos atuais 4,8% para 9,6%), e aumentar a idade de aposentação e de reforma de 65 anos para 66 anos. Isto poderá atingir tanto o setor público como o privado.

Como fica claro para todos, a falsa convergência não é mais do que a destruição dos direitos dos actuais e futuros aposentados e reformados com medidas injustas e inaceitáveis sobre quem trabalhou e descontou toda uma vida a servir o Estado e as populações.

Por esse motivo os aposentados rejeitam este embuste e reivindicam:

- Um aumento de 3,7% em todas as pensões com um mínimo de 40 euros;
- A revogação dos descontos para a ADSE;
- A revogação dos cortes nas pensões e a reposição do poder de compra;
- A revogação do complemento extraordinário de solidariedade;
- A alteração das deduções específicas e dos escalões do IRS.

Ao mesmo tempo, é fundamental que se realize uma auditoria à Caixa Geral de Aposentações, a qual permitirá verificar o embuste que os sucessivos governos têm vindo a usar para denegrir a sua imagem e justificar a sua progressiva descapitalização.

Só a luta é o caminho!

Em defesa dos aposentados e do direito à dignidade luta.
Pela demissão deste governo, já!

25 de Setembro | Lisboa, Rossio | 14h30
Jornada nacional de protesto contra os cortes nas pensões!



Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública

